



Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM Brasil)
Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil



CARTA DE DEMANDAS

Em qualquer projeto para a Amazônia, é preciso assumir a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, dando assim provas de compreender que o desenvolvimento dum grupo social [...] requer constantemente o protagonismo dos atores sociais locais a partir da sua própria cultura. (Querida Amazônia, Papa Francisco)

Nós, povos amazônicos, representantes de comunidades tradicionais, extrativistas, pescadores, artesãos, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, guardiãs e guardiões do solo, não somente como terra, mas como espaço sagrado de convivências, vivências e confluências, de saberes e fazeres ancestrais, vemos por meio desta tornar público nosso grito desesperado diante das situações reais presenciadas e vividas no nosso território, tendo em vista a COP30, em Belém, como um espaço que dará destaque às vozes coletivas ancestrais deste país.

As rodas de conversa articuladas e promovidas pela Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) nos permitiram compartilhar experiências, dores, resistências e propostas sobre as mudanças climáticas que impactam de forma negativa o nosso modo de **ser, fazer, saber e organizar** próprio dos povos e comunidades da Amazônia.

Desse processo de escuta profunda e plural nasceu esta **Carta de Demandas** – fruto de um diálogo coletivo entre dioceses, associações comunitárias, pastorais sociais, movimentos sociais, organismos vinculados a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), organizações da sociedade civil, defensoras e defensores dos Direitos Humanos e da natureza.

Este documento reflete os impactos da crise ambiental global e reúne, por **eixos temáticos**, denúncias e propostas concretas vindas dos territórios. Trata-se de um chamado direto à COP30: **não há justiça climática sem a participação ativa dos povos que protegem a Amazônia**. Por isso, enviamos esta Carta, para que nossas vozes

coletivas e ancestrais sejam ouvidas e respeitadas. A seguir, apresentamos as prioridades urgentes definidas comunitariamente:

1. Impactos das mudanças climáticas nas comunidades

As mudanças climáticas já são uma realidade devastadora em nossos territórios. Sentimos no corpo e no cotidiano os efeitos do aumento das temperaturas: doenças, escassez de alimentos, prejuízos à agricultura familiar e destruição de ecossistemas que garantem nossa subsistência com dignidade. O clima mudou, o sol nasce mais cedo, o calor se intensificou e nossas jornadas de trabalho foram reduzidas por conta dos riscos à saúde e à pele.

Além disso, grandes obras de infraestrutura voltadas ao agronegócio e à mineração vêm causando prejuízos profundos nos territórios amazônicos. A extração de calcário, a atuação de siderúrgicas como a SINOBRAS (Siderúrgica Norte Brasil) e a produção de grãos resultam em contaminação da água e degradação ambiental. O agronegócio avança com pulverização aérea de agrotóxicos, o uso de fogo, invasão de terras e contaminação de nascentes e rios, transformando nossos territórios em ilhas isoladas e pressionando-nos com propostas abusivas e venda de créditos de carbono. A **BR 153, 319** e outros megaprojetos de infraestruturas, sem consulta prévia aos povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas, têm causado enormes danos ecológicos, afetando a fauna, a flora e a segurança alimentar.

Em síntese, as comunidades enfrentam os efeitos severos da crise climática: seca prolongada, escassez de água e queimadas frequentes. Soma-se a isso a poluição das águas, a propagação de doenças contagiosas e a crescente insegurança alimentar.

2. Medidas de enfrentamento: como as comunidades e o poder público têm respondido à crise climática

2.1 Ações das comunidades:

2.1.1 Agroecologia: adoção de práticas que promovem a agricultura sustentável, a conservação da terra e da água, e a redução do uso de agrotóxicos. Elas ajudam a aumentar a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas e a garantir a segurança alimentar; e

2.1.2 Reflorestamento: engajamento nas iniciativas de plantio em grande escala de árvores em superfícies florestais desmatadas e restauração de áreas degradadas.

2.2 Medidas do poder público: não vemos muito interesses dos governos locais em relação ao enfrentamento das mudanças climáticas e há pouco apoio aos projetos das comunidades como nas áreas de agroecologia e agrofloresta.

3. Sugestões para mitigar os impactos socioambientais nos territórios

Valorizamos o conhecimento ancestral e as práticas coletivas como formas de resistência e cuidado com a vida. Por isso, defendemos a criação de redes de apoio com organizações parceiras e órgãos públicos, a preservação de sementes crioulas como forma de resistência e soberania alimentar e o fortalecimento de grupos agroecológicos e das economias locais e solidárias.

Reivindicamos também a promoção da educação popular como ferramenta de transformação, o investimento em práticas agrícolas sustentáveis, estudos sobre a qualidade da água e saúde, recuperação de áreas degradadas e o acesso de jovens das comunidades às universidades como estratégia de defesa dos territórios.

4. Fortalecimento das redes de cuidado para pessoas e coletivos em situação de risco ambiental

É essencial reconhecer e proteger quem cuida da floresta e dos territórios frente às constantes ameaças. Denunciar as violências ambientais e sociais é um ato de coragem e compromisso com a vida.

Por isso, postulamos: valorização formal dos representantes das comunidades como agentes ambientais populares; atuação conjunta do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e outros órgãos no combate às violações contra defensores da natureza; apoio institucional aos grupos de mulheres e suas “cortinas verdes”¹ de reflorestamento; fortalecimento das redes comunitárias de vigilância e proteção; garantia de segurança e apoio **jurídico, social e político** para que as comunidades possam denunciar crimes ambientais; aprovação de leis que **garantam a salvaguarda dos direitos da natureza**; criação de política públicas específicas para a proteção dos defensores ambientais; e acesso a projetos de cuidado e defesa territorial.

Diante disso, fazemos um apelo aos líderes da COP-30: escutem com seriedade as vozes que vêm dos territórios.

E, por resistirmos, nossos corpos e territórios clamam por:

¹ Barreiras - compostas por um sistema de vegetação - que protegem e minimizam os impactos ambientais, além de fomentar melhoria na qualidade do ar.

I. Compensação pela conservação ambiental

As comunidades tradicionais prestam um serviço fundamental à conservação da biodiversidade. Portanto, exigimos:

I.a. Compensação: reconhecimento e contrapartidas pelos serviços ambientais prestados;

I.b. Incentivo: a grupos agroecológicos, com apoio técnico e financeiro;

I.c. Leis rigorosas: contra a grilagem e venda ilegal de terras; e

I.d. Penalização efetiva: para crimes ambientais que atentem contra a biodiversidade.

II. Impactos das mudanças climáticas

As comunidades têm sentido profundamente os efeitos devastadores das mudanças climáticas, que se manifestam de diversas formas, incluindo:

II.a. Saúde: o agravamento de doenças como dengue, Zika, Chikungunya e problemas respiratórios, somado à escassez de alimentos, evidencia uma grave crise de saúde pública. Deve ser garantido o atendimento qualificado de saúde em todos os níveis;

II.b. Alimentação: a redução das chuvas ameaça a produção de alimentos, gerando insegurança alimentar, aumento dos preços e desnutrição em diversas comunidades. É essencial financiar e fortalecer a agricultura familiar e os sistemas agroflorestais; e

II.c. Ambiente: a degradação ambiental tem comprometido os ecossistemas. É urgente investir em políticas de desmatamento zero, na criação de corredores verdes, na transição ecológica justa e na proteção da sociobiodiversidade.

III. Ações comunitárias e do poder público:

As comunidades amazônicas têm atuado de forma ativa perante a crise climática. Requeremos:

III.a. Iniciativas de agroecologia: práticas agrícolas sustentáveis e recuperação de áreas degradadas;

III.b. Reflorestamento: projetos de restauração de áreas degradadas; e

III.c. Ações do poder público: participação ativa da sociedade nos processos de decisões, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas voltadas às populações amazônicas.

IV. Estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas

Para mitigar os impactos socioambientais, sugerimos:

IV.a. Fortalecimento de práticas agroecológicas: incentivar a adoção de princípios que visam a produção de alimentos de forma sustentável e Sistemas Agroflorestais (SAFs);

IV.b. Reflorestamento e manejo de recursos hídricos: criar viveiros de mudas e bancos de sementes, além de programas de recuperação de nascentes e gestão das águas; e

IV.c. Apoio ao sistema de saúde: propor ações de saúde pública para lidar com as doenças relacionadas ao clima.

V. Consolidação de redes de cuidado e apoio

Para proteger os defensores ambientais e fortalecer as comunidades, é crucial:

V.a. Criação de redes de apoio: articular organizações e instituições para oferecer suporte jurídico, psicológico e social;

V.b. Promoção do autocuidado: incentivar práticas de zelo com a saúde física e mental de defensores ambientais; e

V.c. Valorizar o conhecimento ancestral: prestigiar e integrar saberes tradicionais às ações de conservação e sustentabilidade.

VI. Compensação pelos serviços ambientais

As comunidades tradicionais desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade. Portanto, é essencial:

VI.a. Reconhecimento e contrapartida: implementar políticas que reconheçam e recompensem os serviços ambientais prestados pelas comunidades;

VI.b. Incentivos para práticas sustentáveis: oferecer apoio técnico e financeiro às comunidades e territórios que adotam práticas agroecológicas; e

VI.c. Legislação rigorosa: criar leis que protejam os territórios e a biodiversidade, penalizando práticas ilegais que ameacem o meio ambiente e os povos.

Conclusão

Este documento é um apelo urgente por justiça climática e pelo reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades que vivem e cuidam da natureza. Acreditamos

que elas detêm saberes fundamentais para enfrentar a crise climática com soluções reais, sustentáveis e enraizadas na vida.

A REPAM-Brasil, enquanto rede que articula diversas forças eclesiais e sociais na Amazônia, assume com responsabilidade e esperança a missão de ecoar essas vozes junto aos espaços de incidência nacional e internacional. Esta Carta é fruto desse esforço coletivo.

Conclamamos os líderes reunidos para elaborar políticas públicas que promovam uma transição justa, ecológica e inclusiva. O futuro do planeta depende de ações concretas, construídas com aqueles que, há gerações, protegem a Terra.

